



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED] e [REDACTED]

UNIDADE: Procuradoria Geral do Estado - PGE

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 153/2016

1. Tratam os presentes autos de pedidos formulados à Procuradoria Geral do Estado, número SICs em epígrafe, sobre despesas correntes especificadas nos campos “Passagens e despesas com Locomoção” e “Valores de Consultoria”.
2. Primeiramente, cabe ressaltar que a análise conjunta dos pedidos se fundamenta na similaridade do assunto objeto das solicitações. Em ambos os pedidos, o Órgão indicou o Portal da Transparência como fonte para aquisição das respostas pretendidas. Em recurso hierárquico manteve o posicionamento, oferecendo a página a ser acessada, demonstrando a possibilidade da busca. Irresignada, a recorrente apela a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a enviar novamente o endereço da página do Portal da Transparência, considerando ilegível a primeira tentativa (fl. 12), a PGE manifestou-se positivamente, oferecendo nova demonstração de como alcançar as respostas pleiteadas (fls.13/15). Cientificada, a recorrente não mais se manifestou (fls. 16/18).
4. Cabe lembrar que o artigo 11, §6º, da Lei nº 12.527/2011, desonera o órgão demandado do fornecimento direto da informação quando esta se encontrar disponível em meio de acesso universal, devendo indicar a forma para realização da consulta, o que foi feito no caso em apreço. Não há que se falar, portanto, em negativa de acesso à informação, considerando o disposto no referido dispositivo.
5. Assim, tendo em vista o atendimento do pedido de acesso, ainda que extemporâneo, **julgo prejudicado o presente recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11, §6º, da Lei, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 12 de maio de 2016.

[REDACTED]
GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO